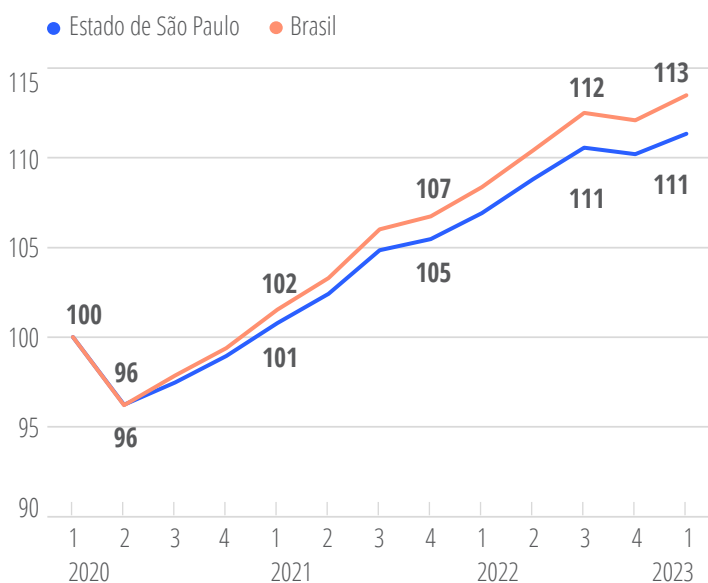


Estado de São Paulo

Impacto da pandemia foi menor no emprego formal do que nas demais posições ocupacionais

Índice trimestral do estoque de empregos formais

Brasil e Estado de São Paulo, 1º trim.2020-1º trim.2023



Base: 1º trim.2020 = 100.

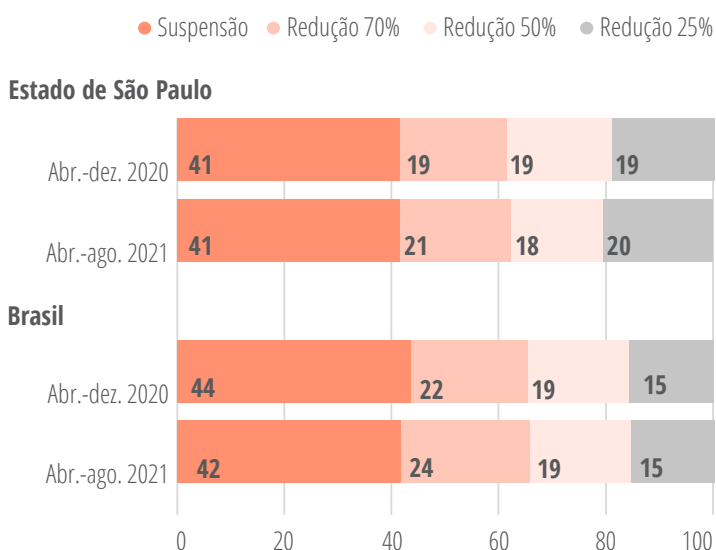
Segundo registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego,¹ no Brasil e no Estado de São Paulo o impacto da pandemia foi menos intenso sobre o nível de emprego com carteira assinada do que para as demais posições na ocupação, cujo desempenho é revelado nos gráficos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE, apresentados mais à frente.

Após recuo de 4% entre o 1º e o 2º trimestres de 2020, já no 1º trim. de 2021 o nível de emprego formal havia superado o patamar de antes da crise. O avanço da vacinação, a diminuição das restrições sanitárias e os programas de manutenção do emprego e de transferência de renda possibilitaram a retomada das atividades e do emprego. No 1º trim. de 2023 o nível do emprego formal estava 13% acima daquele observado no período pré-pandemia no Brasil e 11% no ESP, ou o equivalente a um acréscimo de 5,1 milhões e 1,3 milhão de novos empregos, respectivamente.

1. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema de Escrituração das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged. Fundação Seade.

Proporção de acordos de suspensão ou redução de jornada de trabalho e salários

Brasil e Estado de São Paulo, abr./dez.2020-abr./ago.2021, em %

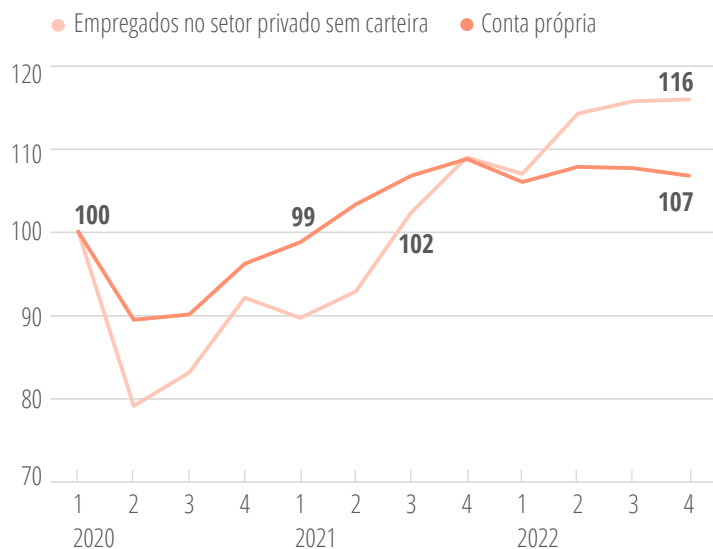


O menor impacto da pandemia no emprego assalariado com carteira assinada deveu-se, principalmente, ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.² Na sua primeira edição, de abril a dezembro de 2020, essa política pública foi responsável por 20,1 milhões de acordos de suspensão temporária ou redução proporcional de jornada de trabalho e salários no Brasil (sendo 6,4 milhões no ESP), abrangendo 9,8 milhões de trabalhadores (3,2 milhões no ESP). Em sua reedição, de abril a agosto de 2021, o programa resultou em outros 3,3 milhões de acordos no Brasil e 900 mil no Estado de São Paulo, envolvendo, respectivamente, 3,2 milhões e 700 mil trabalhadores.

2. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído em abril de 2020, pela Medida Provisória nº 936, convertida na Lei nº 14.020, de julho de 2020, e reinstituído pela Medida Provisória nº 1.045, de abril de 2021.

Índice trimestral dos empregados no setor privado sem carteira assinada e de conta própria

Brasil, 2020-2022



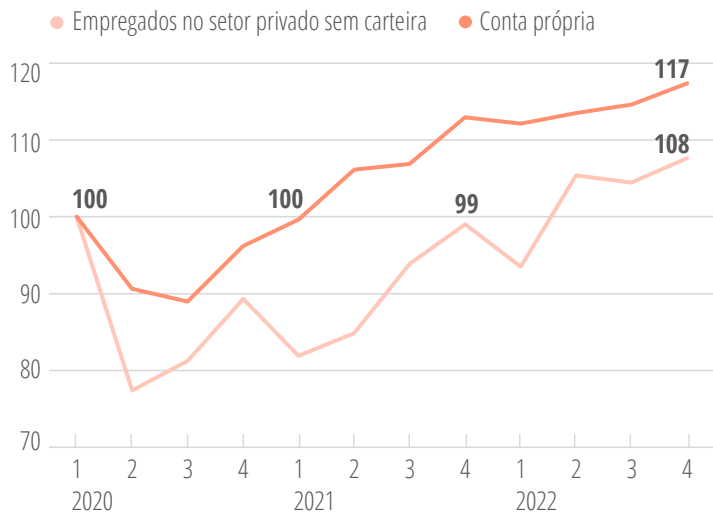
Base: 1º trim.2020 = 100.

A PNAD-C do IBGE, que considera ocupações formais e informais,³ mostra que o impacto da pandemia nas ocupações informais no Brasil foi mais intenso, com redução de 21% entre os empregados no setor privado sem carteira e de 11% para os conta própria, entre o 1º e o 2º trimestres de 2020. Enquanto esses últimos praticamente recuperaram o patamar anterior à pandemia já no 1º trim. de 2021, os empregados no setor privado sem carteira alcançaram aquele patamar apenas entre o 2º e o 3º trimestres de 2021. No 4º trim. de 2022, os níveis de emprego desses segmentos estavam, respectivamente, 7% e 16% superiores àqueles alcançados no período pré-pandemia.

3. Segundo posição na ocupação, a pesquisa classifica os ocupados como empregados nos setores privado e público, com e sem carteira de trabalho assinada, militar e servidor estatutário, trabalhador doméstico com e sem carteira, conta própria, empregador e trabalhador familiar.

Índice trimestral dos empregados no setor privado sem carteira assinada e de conta própria

Estado de São Paulo, 2020-2022



Base: 1º trim.2020 = 100.

No caso do Estado de São Paulo, o impacto inicial da pandemia também foi mais intenso para os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (queda de 23% no 2º trim. de 2020) e os conta própria (redução de 11% no 3º trim. de 2020). Da mesma forma como aconteceu para o Brasil, a recuperação dos conta própria para o patamar anterior à pandemia foi verificada no 1º trim. de 2021, enquanto para os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada ocorreu apenas no 4º trim. de 2021. Por fim, no 4º trim. de 2022, os patamares de ocupação desses segmentos estavam, respectivamente, 8% e 17% superiores aos observados antes da pandemia.

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua; Fundação Seade.